



A ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

Belo Horizonte

2011

ONEIDE GERALDA FERREIRA

**A ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NA GESTÃO
DEMOCRÁTICA DA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof^a Auxiliar. Grazielle Mariano Batista Maia.

Belo Horizonte

2011

ONEIDE GERALDA FERREIRA

A ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^a Auxiliar. Grazielle Mariano Batista Maia (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 14 de janeiro de 2011

Aos meus filhos, Leonardo e Danilo, e ao meu
neto Otávio, razão da minha caminhada e da
minha alegria de viver.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me proporcionado mais do que mereço.

Minha gratidão à secretária Maria José Lacerda, por sua inestimável colaboração, por toda dedicação e carinho na realização das minhas atividades deste curso.

"O Senhor é o meu Pastor, nada me faltará."

Salmos 23:1

RESUMO

Este trabalho analisa a atuação do Conselho Escolar (ou Colegiado Escolar) na Gestão Pedagógica, o qual tem por finalidade atuar como mediador dos anseios da comunidade escolar. Os objetivos são abordar a atuação do Conselho Escolar na gestão democrática da escola, bem como verificar suas funções na gestão escolar e sugerir ações para promover a identificação das formas de participação da comunidade escolar, de forma que toda a comunidade escolar se sinta efetivamente um membro da gestão e que tem participação na sugestão de ideias e na tomada de decisões. É fundamental a sua atuação na gestão democrática participativa, pois trata-se de um órgão máximo da escola, com natureza consultiva e deliberativa sobre assuntos referentes à gestão administrativa, pedagógica e financeira, sendo necessária uma integração sólida com todos os segmentos escolares. Considerou-se que a gestão escolar democrática demanda a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, que é representada pelo Colegiado Escolar, o qual é composto por pais, alunos, professores, direção, especialistas, funcionários da escola, e que devem ter voz ativa nas principais ações, projetos e atividades da escola. Portanto, o Colegiado Escolar é uma ferramenta fundamental para que a gestão democrática se efetive nas escolas brasileiras, o que requer a participação conjunta nas propostas e decisões da escola, com ação eficaz e respeito à comunidade escolar.

Palavras-chave: Conselho Escolar. Colegiado. Gestão democrática. Participação.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
	1.1 Apresentação e Contextualização do Objeto de Pesquisa.....	9
	1.2 Justificativa.....	9
	1.3 Objetivos.....	9
2	DESENVOLVIMENTO.....	10
	2.1 Conceitos gerais sobre Gestão Democrática na Escola?.....	10
	2.1.1 O desafio da gestão escolar democrática.....	11
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	15
4	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	17
5	ANEXO	18
	PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL BELMIRO BATISTA MIRANDA	

1. INTRODUÇÃO

1.1. Apresentação e Contextualização do Objeto de Pesquisa

Este trabalho aborda a atuação do Conselho Escolar como elemento essencial para a gestão pedagógica democrática e participativa da escola.

O Conselho Escolar, também chamado de Colegiado Escolar, tem por finalidade atuar como mediador dos anseios da comunidade escolar. Sua atuação é essencial na gestão democrática participativa, pois trata-se de um órgão máximo da escola, com natureza consultiva e deliberativa sobre assuntos referentes à gestão administrativa, pedagógica e financeira, sendo necessária uma integração sólida com todos os segmentos escolares.

1.2. Justificativa

Justifica-se este trabalho devido ao fato de que o Conselho Escolar necessita ser um órgão mais democrático e participativo, ou seja, para ser democrático necessariamente tem que contar com a participação ativa da comunidade escolar, representantes de todos os segmentos da escola, que são professores, funcionários, especialistas, pais e alunos, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade social e pedagógica da educação ofertada para todos, tão propagada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB – Lei nº 9.394/1996.

1.3. Objetivos

Os objetivos são abordar a atuação do Conselho Escolar na gestão democrática da escola, bem como verificar as funções do Conselho Escolar na gestão escolar e sugerir ações para promover a identificação das formas de participação da comunidade escolar, de forma que toda a comunidade escolar se sinta efetivamente um membro da gestão e que tem participação na sugestão de ideias e na tomada de decisões.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Conceitos gerais sobre Gestão Democrática na Escola?

A melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento das comunidades e do Brasil como nação desenvolvida e população proativa, competente, cidadã e realizada, apenas ocorrerá se for promovido com urgência um salto de qualidade na educação brasileira. Esse salto provoca mudanças não apenas na prática pedagógica, mas nas suas concepções orientadoras para que o conteudismo tenha papel secundário e abra espaço ao potencial humano, e também para as competências do processo de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (DELORS, 1999).

Libâneo et al. (2005, p. 318) afirmam que “a gestão é a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo aspectos gerenciais e técnicos administrativos”. Em outros termos, pode-se dizer que a gestão está a serviço dos objetivos educacionais e utiliza meios organizacionais para atingi-los.

Um desses meios é o Conselho Escolar. Ao analisar as dinâmicas de participação nas instituições escolares, é essencial repensar e reorientar os processos de decisão e deliberação, os objetivos e as prioridades da instituição, a autonomia e a identidade escolar e, sobretudo, o papel dos diferentes sujeitos sociais, bem como as estratégias para a implementação de processos coletivos de decisão, especialmente do Conselho Escolar (BRASIL, 2004).

Escola e democracia estão cada vez mais associadas por grande parte dos educadores, pois teoricamente trata-se de uma instituição a que todos os cidadãos têm direito de acesso e permanência. Hoje, a escola tem um grande papel na inclusão social, mas ainda hoje percebe-se que a exclusão social faz parte do nosso cotidiano no Brasil. Essa exclusão escolar está diretamente relacionada às práticas e ações da gestão da educação atual, com reflexos diretos na escola. São considerados exemplos destas práticas a gestão centralizadora, a relação distante entre professores e alunos, e destes com os saberes e a forma de divisão dos alunos em classes, dentre outros (MINAS GERAIS, 2001).

Nesse cenário, pensar a articulação entre a democratização da gestão, a autonomia e os Conselhos Escolares é fundamental. Isso quer dizer que a lógica

centralizadora que, comumente, constitui o dia-a-dia das escolas precisa ser revista (BRASIL, 2004).

Ao longo da história, estudiosos tentaram entender a função da escola na sociedade. Como observam Gadotti e Romão (1997), a escola tem desenvolvido três funções básicas:

- a) papel de libertadora sendo responsável por significativas transformações individuais e coletivas, porém tão-somente representou a continuidade da superioridade da classe dominante;
- b) ao longo do tempo, essa concepção foi alterada, passando a ser sinônimo da perpetuação de desigualdades sociais e da aceitação das mesmas como fatores predestinados;
- c) atualmente, a escola é conceituada fator contraditório na perspectiva social em que está contextualizada, sendo um elemento ambivalente tanto da reprodução do quadro de dominação quanto de ser um agente de transformação da realidade. É aqui que a atuação do Conselho Escolar deve ser promovida, para ser agente de transformação e tomada de decisões importantes para os rumos da gestão da escola.

Especificamente quanto à esfera transformadora, a escola atual é forçada a conceber novos horizontes e proporcionar temas mais conectados aos interesses da comunidade, com foco específico nas crianças, adolescentes e jovens, ao invés de ficar apenas na antiga concepção de ligação restrita à aplicação de disciplinas curriculares tais como língua portuguesa, matemática, geografia, entre outras. O ambiente escolar deixa de ser o lugar privilegiado, sacralizado de acesso à informação e ao conhecimento e passa a ser um espaço onde o aprendente desenvolve a capacidade de inter-relacionar informações construindo e reconstruindo conhecimentos (GADOTTI; ROMÃO, 1997).

2.1.1 O desafio da gestão escolar democrática

Nessa direção, colocam-se as propostas de mudanças na estrutura da escola e do ensino, adotando-se formas de gestão descentralizadas, fundamentadas em processos participativos, organizando-se ciclos de aprendizagem e currículos multiculturais, e utilizando-se métodos ativos de ensino e avaliação formativa (MINAS GERAIS, 2001).

Deve-se atentar também para o fato de a escola estar inserida em um ambiente em constante mudança. Novas tecnologias, novas culturas, diferentes pessoas impulsionam a mudança dentro da escola. Dessa forma, a escola tem que estar sempre em sintonia com o ambiente externo, pronta para se adaptar aos novos cenários.

De acordo com Pris (1992), a gestão democrática possui um duplo significado: pedagógico, porque pode levar a escola pública a ajudar na construção da cidadania, educando com responsabilidade; político, por buscar o equilíbrio entre decisões de vários segmentos, sem renunciar ao princípio da unidade de ação.

No mesmo sentido, o Conselho Escolar poderia estimular os movimentos em prol da escola pública das quais participou ou que tenha conhecimento, apontando a importância desses movimentos para a garantia da educação e da escola para todos (BRASIL, 2004).

A despeito de contextualizar-se em realidades distintas, a gestão escolar baseia-se em práticas ligadas a dois lados básicos: autoritário e democrático. Comumente, a gestão autoritária aprecia a centralização de processos e de tomadas de decisões firmadas pelo diretor, professores ou de grupos do ambiente escolar. Por outro lado, a gestão democrática distingue-se pela compreensão de que todos necessitam conscientizar-se sobre os princípios da gestão, ao mesmo tempo que têm capacidade de influenciar nas decisões que a escola precisa tomar (GADOTTI; ROMÃO, 1997, apud SOUSA, 2003).

Gadotti e Romão (1997) estabelecem a seguinte relação: a escola deve formar para a cidadania e, por isso, deve dar o exemplo. A gestão democrática da escola é um passo importante no aprendizado da democracia. A escola tem um fim em si mesma e está a serviço da comunidade. Nisso, a gestão democrática da escola está prestando um serviço também a comunidade que a mantém.

A prática da ação individual e até mesmo competitiva se evidencia como negativa para a realização de objetivos organizacionais e sociais na educação. Podemos ver o isolamento visível de professores numa escola, tudo em nome de sua autonomia didática se fechando em torno de sua turma ou de sua matéria, sem se esforçar para integrar o seu trabalho com o dos demais colegas e participar das questões abrangentes da escola, esquecendo que trabalho em conjunto é primordial para que a ação docente seja efetiva. O individualismo, quando coletivizado, cria o corporativismo, caracterizado por um “espírito de corpo”, na defesa inquestionável

de membros do grupo, até mesmo em casos de incompetência ou negligência justificada e mantida como legítimas em prol da cidadania (RESENDE, 1992).

O sucesso da gestão escolar atual passa pela participação dos alunos, dos pais, dos professores que formam a comunidade escolar, que são os maiores interessados numa escola efetiva e participativa. É que preconiza o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares:

A democratização da gestão escolar implica a superação dos processos centralizados de decisão e a gestão colegiada, na qual as decisões nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola, e orientadas pelo sentido político e pedagógico presente nessas práticas. A instituição educativa, no cumprimento do seu papel e na efetivação da gestão democrática, precisa não só criar espaços de discussões que possibilitem a construção coletiva do projeto educativo, como também criar e sustentar ambientes que favoreçam essa participação (BRASIL, 2004, p. 34).

Resende (1992) identifica esse comportamento como convivência e condescendência, que são muito comuns em escolas e sistemas de ensino. Encontram-se alguns pressupostos que permite pensar e encarar certas mudanças:

- O ser humano é um ser social e desenvolve a partir da interação produtiva com outras pessoas;
- A educação é um processo interativo-social designado para a formação de pessoas como seres sociais;
- A complexidade educacional demanda organizações escolares;
- Pessoas felizes e produtivas, realizadas produtivamente, só de forma colaborativa;
- Acolhimento e aproveitamento da pluralidade e diversidade são condições de desenvolvimento pessoal e das organizações (RESENDE, 1992).

Resende (1992) entende que a descentralização dos processos de organização e tomada de decisões em educação vai à busca do espírito de equipe e a noção de gestão compartilhada nos sistemas de ensino, em todos os níveis. O desempenho de uma equipe depende da capacidade produtiva em conjunto e conhecimentos, habilidades e atitudes, com vistas à realização de responsabilidades

comuns. Lembrando ainda que sem isso não adianta, pois pessoas talentosas nem sempre formam equipes talentosas. Tudo fica a cargo da capacidade de liderança de seus gestores. Notoriamente, indivíduo e sociedade são inseparáveis. O processo educacional se assenta sobre o relacionamento de pessoas, orientado por uma concepção de ação conjunta e interativa.

Alguns princípios básicos foram preconizados pela Constituição de 1988, no artigo 206 e, regulamentados pela Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), no artigo 3º, os quais são direcionados a realizar transformações que orientem as propostas no atual paradigma educacional e que apontaram a gestão democrática como um importante elemento para a construção de uma cidadania de caráter emancipatório, que tenha autonomia e seja competente para integrar-se aos processos decisórios da educação (BRASIL, 2005).

Surge, então, um renovado processo educativo fundamentado na gestão escolar democrática e participativa. Dessa forma, absorve a visão articuladora de recursos humanos, financeiros e burocráticos, com o intuito de cumprir o principal objetivo da educação, que é proporcionar uma educação (formal e não-formal) como um espaço de formação crítica e, não somente, pretender uma formação de profissionais para o mercado de trabalho. Nesse contexto, a gestão escolar democrática e participativa passou a ser caracterizada como uma ferramenta de democratização da escola, que pode ajudar no entendimento dos processos escolares, sua cultura institucional e na coordenação das relações socioeducativas (GADOTTI, 2006).

Pensar e planejar a gestão democrática-participativa nas escolas demanda aprimorar o entendimento e o conhecimento dos fatores históricos e político-culturais das organizações educativas visando obter e executar níveis mais altos de autonomia. Dessa forma, a constituição de um processo de gestão escolar, que tenha por base a participação democrática, exige reavaliar a organização, o modo de participação e as relações dinâmicas da escola, além de fundamentar os mecanismos dessa participação, os objetivos e fins da escola, o estabelecimento de metas e os processos de tomada de decisão coletiva (BRASIL, 2005). Como afirma Oliveira (1999, p.11): "de nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças".

Assim, esse tipo de gestão democrática precisa abrir espaços, incentivar atitudes críticas baseadas na autonomia e instituir e manter processos

independentes. Sendo assim, é preciso reorientar a função do gestor, pois a gestão escolar participativa e democrática se baseia na resolução dos desafios da escola com autonomia e com decisões verdadeiramente coletivas (MODOLO, 2007).

Gomes e Lopes (2002) identificam as principais características das escolas que se empenham em construir uma gestão democrática participativa. São três princípios principais:

a) autonomia: a autonomia demanda um projeto próprio, independente, com a adoção de novas formas de planejamento, organização e de avaliação do funcionamento da escola, mas que seja orientado à sua própria realidade, respeitando a sua identidade, objetivando o cumprimento da educação emancipatória.

b) participação: a participação deve ser geral e igualitária nas questões político-pedagógicas e didáticas, levando em conta a função educativa da escola, o processo de ensino-aprendizagem e a formação de laços entre os grupos que, juntos, sejam capazes de influenciar nas decisões importantes da vida escolar coletiva e, além disso, é preciso haver bastante disposição para a cooperação efetiva para alcançar os objetivos propostos pela comunidade escolar, principalmente por meio do Conselho Escolar.

c) descentralização: a descentralização implica basicamente em compartilhar as ações e nas decisões político-pedagógicas que resultem em significativas mudanças na gestão das escolas. A descentralização também exige que a efetiva e real modernização do sistema educacional, o que deve ser feito em articulação com os demais órgãos do sistema educacional e também em sintonia com a comunidade escolar. Para isso, é preciso criar estratégias para incentivar a capacidade de inovação com autonomia, sempre em grupos de trabalho que tomem as responsabilidades, benefícios e implicações de uma gestão descentralizada moderna que tenha condições reais de influenciar o funcionamento das várias estruturas administrativas do sistema educacional.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão escolar das escolas brasileiras, em consonância com a Constituição

Federal de 1988, deve seguir princípios de participação social democrática, com propostas, debates e soluções compartilhados, a fim de garantir o exercício da cidadania em sua plena forma no contexto escolar.

A gestão da escola pressupõe a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar (pais, alunos, professores, direção, especialistas, funcionários) nas principais ações e atividades da escola. O Colegiado Escolar é um instrumento essencial para que a gestão insira e respeite a participação nas tomadas de decisões do gerenciamento global da escola, e sua ação deve ser aberta, efetiva, respeitada e eficaz.

Abre-se espaço para a decisão coletiva, baseada no compartilhamento de ideias, discussão de pontos de vista, proposição de atividades, projetos e planos, inclusive no campo do projeto político pedagógico da escola, sempre considerando em primeiro plano as necessidades e interesses dos educandos e da comunidade que se serve dos seus serviços.

No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer na maioria das escolas brasileiras, pois o Colegiado ainda sofre com muitas limitações a sua ação, pois muitas vezes as decisões já vêm antecipadamente tomadas pela direção, a participação não é efetiva por todos os membros, não há eleições dos representantes, muitos reclamam da falta de tempo para as atividades do Colegiado, em outros casos, a direção age com autoritarismo e centralização de ações e, assim, ainda não respeita a voz da comunidade escolar de forma aberta e efetiva.

Nesse sentido, a principal atividade do Colegiado Escolar deve ser ligada ao trabalho escolar, ao desenvolvimento da prática educativa, baseada no exercício pleno da cidadania, na experiência coletiva e na socialização dos conhecimentos socialmente produzidos. É preciso que o Colegiado seja um ambiente de proposição de ideias, de discussão dos temas educacionais, de comprometimento com ações planejadas, de forma a propiciar o desenvolvimento da educação brasileira e do atendimento aos interesses dos educandos.

O Colegiado tem funções deliberativas e consultivas, e deve atuar nas funções de órgão pedagógico, normativo, administrativo, fiscalizador e financeiro, sendo que todas as questões principais devem passar pelo crivo do Colegiado e serem comunicados a toda a comunidade escolar.

A direção escolar também precisa compreender que a participação do Colegiado não significa abrir mão do seu poder diretivo, mas é um dever de

compartilhar as decisões e aceitar as opiniões da comunidade escolar, de forma equilibrada e bem discutida. Assim, a escola não mais poderá ser compreendida como uma entidade apartada da sua relação com a sociedade, pois a gestão democrática compartilha ideias, respeita a sociedade, chega a consensos conjuntamente, e deve proporcionar uma educação de qualidade superior ao educando.

4. REFERÊNCIAS

ABRANCHES, M. **Colegiado escolar**: espaço de participação da comunidade. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Caderno 5: Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasília: MEC, 2004. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad5.pdf. Acesso em: 03/12/2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar: gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasília/DF, v.5, 2005.

_____. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação [...].

DELORS, J. (coord). **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: UNESCO/MEC/Cortez, 1999.

FERNANDES, L. **Conselho escolar**: caminho para a gestão democrática. Artigo. Secretaria de Estado da Educação – SEED. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Universidade Estadual de Maringá: Umuarama-PR, 2009.

GADOTTI, M. Pedagogias participativas e qualidade social da educação. In: BRASIL. Ministério da Educação. **Seminário Internacional sobre Gestão Democrática da Educação e Pedagogias Participativas**: caderno de textos. Brasília/D.F, 2006.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs). **Autonomia da escola**: princípios e propostas. 2. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.

GOMES, C. J. A.; LOPES, R. G. F. **A gestão escolar e o uso cotidiano da**

TV/vídeo do TV Escola. Extensão Universitária. Faculdade de Educação da Universidade de Brasília - Universidade Virtual Pública do Brasil (UnB/Unired), 2002.

LIBÂNEO, J. C; OLIVEIRA, J. F; TOSCHE, M. S. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2005.

MINAS GERAIS [ESTADO]. **PROCAD:** Projeto de Capacitação de Dirigentes. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2001.

MODOLO, C. P. **A gestão escolar democrática participativa e a ação docente.** Pedagogia. Faculdade de Ciências UNESP, Campus de Bauru, Bauru-SP, 2007.

OLIVEIRA, E. C. Prefácio. In: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

PRIS, M. L. M. **Administração colegiada na escola pública.** 2. ed. Campinas: Editora Papyrus, 1992.

RESENDE, Ê. J. Cidadania: o remédio para doenças culturais brasileiras. São Paulo: Editora Summus, 1992.

SOUSA, J. V. Gestão democrática: um caminho para a construção da autonomia na escola - parte II - Seção 2: gestão democrática da escola: princípios e desafios. In: MINAS GERAIS. Secretaria da Educação de Minas Gerais. **Formação superior de professores - Projeto Veredas.** Módulo IV, Volume 1, 2003.

WERLE, F. O. C. **Conselhos escolares:** implicações na gestão da escola básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

5. ANEXO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL BELMIRO BATISTA
MIRANDA

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA: PÓLO FRUTAL – 11

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
BELMIRO BATISTA MIRANDA
Povoado Garimpo do Bandeira

Educação Infantil e Ensino Fundamental

Abigail Ferreira da Silva Pereira
Dei Ferreira de Paula Mendes
Fabiane Raquel Oliveira Assunção
Oneide Geralda Ferreira

Frutal, 2010

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA: PÓLO FRUTAL – 11

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
BELMIRO BATISTA MIRANDA
Povoado Garimpo do Bandeira

*Trabalho acadêmico apresentado à Sala Vivencial do
Curso de Formação de Gestores da UFMG - Universidade Federal de
Minas Gerais. Orientação da Professora Jacqueline da Silva Figueiredo Pereira
e da Professora, Grazielle Mariano Batista Maia.*

Frutal, 2010

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. FINALIDADES DA ESCOLA	7
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
3.1. ADMINISTRATIVA	8
3.1.1. Colegiado Escolar	8
3.1.2. Direção	9
3.1.3. Estrutura Física	9
3.1.4. Recursos Financeiros	10
3.1.5. Secretaria	10
3.1.6. Serviços Gerais	11
3.2. PEDAGÓGICA	11
3.2.1. Supervisão Pedagógica	13
3.2.2. Corpo Docente	13
3.2.3. Corpo Discente	13
3.2.4. Atendimento Educacional Especializado	14
4. CURRÍCULO	14
4.1. Os Conteúdos Curriculares	15
4.2. O Currículo na Educação Infantil	16
4.3. O Currículo no Ensino Fundamental	17
4.3.1. O Currículo nos anos iniciais (regime de Ciclos)	18
4.3.2. O Currículo nos anos finais (regime de seriação)	19
5. TEMPO ESCOLAR	19
6. PROCESSOS DE DECISÃO	21
6.1. Colegiado Escolar	22
6.2. Conselho de Classe	23
7. RELAÇÕES DE TRABALHO	23
8. AVALIAÇÃO	25
8.1. Recuperação Paralela	27
8.2. Progressão Continuada	28
8.3. Progressão Parcial	28
8.4. Classificação	28
8.5. Reclassificação	28
8.6. Plano de Intervenção Pedagógica	29
8.7. Avaliações Sistêmicas ou Externas	29
8.8. Avaliação Institucional	30

8.9. Avaliação do Projeto Político Pedagógico	30
9. CONCLUSÃO	30
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1. INTRODUÇÃO

"...a instrução é necessidade de todos. A sociedade deve favorecer com todo o seu poder o progresso da inteligência pública e colocar a instrução ao alcance de todos os cidadãos".

[Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão](#), 1789, Artigo XXII

Nome: Escola Municipal Belmiro Batista Miranda

Modalidades de Ensino: Educação Infantil e Ensino Fundamental

Diretora: Abigail Ferreira da Silva Pereira

Endereço: Praça Saulo Prata, 262 - Povoado Garimpo do Bandeira

Localização: Zona Rural

e-mail: embbmfrutal@hotmail.com

Telefone: (34) – 3425-4133

CEP: 38200-000

Município: Frutal / Minas Gerais

Entidade Mantenedora: Prefeitura Municipal de Frutal

Secretaria Municipal de Educação

Superintendência Regional de Ensino: N° 39 - Uberaba/MG

Níveis e modalidades de ensino ministrado: Educação Infantil e 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental

A Escola Municipal Belmiro Batista Miranda funciona em sede própria e iniciou suas atividades educacionais no ano de 1969, com o curso de 1ª a 4ª série do ensino do 1º grau, e era denominada Escola Municipal João Pinheiro. A partir de 1996, passou a ser denominada Escola Municipal Belmiro Batista Miranda, conforme o parecer nº 320/96 de 12/04/96. Teve sua autorização publicada no Diário Oficial de Minas Gerais em 26/04/96 sob Portaria nº 471/96 para seu funcionamento com o Ensino Fundamental de 1ª a 8ª séries.

A clientela atendida pela escola é voltada unicamente para atividades rurais, com um nível sócio-econômico de baixa renda e com grau de instrução que não chega à sua maioria, à 4ª série do Ensino Fundamental.

A escola oferece a Educação Infantil para crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos e o Ensino Fundamental de nove anos com vistas à valorização do conhecimento das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que compõem a sociedade local. A valorização e incorporação desta cultura no Currículo é fonte valiosa para a prática pedagógica em relação aos fatores

vinculados às características sócio-culturais da comunidade na qual a escola está inserida.

A escola possui atualmente, 144 alunos matriculados, divididos nas seguintes turmas:

➤ **Educação Infantil**

1º Período: 06 alunos

2º Período: 08 alunos

➤ **Ensino Fundamental**

Ciclo da Alfabetização: **1º Ano:** 12 alunos

2º Ano: 17 alunos

3º Ano: 14 alunos

Ciclo Complementar: **4º Ano:** 11 alunos

5º Ano: 18 alunos

Anos Finais - Sérição: **6º Ano:** 21 alunos

7º Ano: 19 alunos

8º Ano: 06 alunos

9º Ano: 12 alunos

O quadro de funcionários consta do seguinte:

Docentes: **19** docentes (todos são habilitados sendo alguns efetivos e outros contratados).

Especialista: **01** supervisora pedagógica (anos iniciais).

Outros Profissionais: **02** Auxiliares de Secretaria, **06** auxiliares de serviços gerais, **01** Zelador e um **01** Vigia.

A escola desenvolve o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, em parceria com a Secretaria Municipal de Promoção Humana, atendendo os alunos em jornada ampliada.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Belmiro Batista Miranda objetiva a efetivação de ações desenvolvidas juntamente com a comunidade escolar, que venham assegurar aos alunos a “formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, conforme artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.

2. FINALIDADES DA ESCOLA

“A escola necessária para fazer frente às nossas realidades é a que provê formação cultural e científica, que possibilita o contato com os alunos, com a cultura, aquela cultura provida pela técnica, pela linguagem, pela ética. Especialmente, uma escola contra a exclusão política, cultural, pedagógica.”
Libâneo

As finalidades da Escola Municipal Belmiro Batista Miranda estão de acordo com o Art. 2º da LDB 9394/96, como segue:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A escola se coloca como instrumento de contextualização e globalização dos saberes para a formação crítica e política de seus alunos, tendo-os como sujeitos e objetos do processo de ensino e aprendizagem. Tem por finalidade desenvolver o ser humano para ter condições de inserir-se positiva e ativamente no mundo do trabalho, da cultura, das relações humanas e sociais, de exercer dignamente a cidadania e ser capaz de agir conscientemente na transformação da realidade dessa sociedade tão complexa que vivemos.

No processo de ensino e aprendizagem não é adotada uma só maneira de ensinar por respeitar que cada aluno possui recursos distintos e um conjunto de necessidades especiais de aprendizagem. Assim, o fazer pedagógico procura se ajustar, tanto quanto possível, não só às possibilidades individuais, mas também às limitações de cada aluno, considerando suas idéias, experiências pessoais, estilos de aprendizagem, ritmo, capacidades, interesses e preferências na tomada das decisões didático-pedagógicas. Como organizador de seu próprio conhecimento, o aluno é colocado no centro desse processo, por isso, a realização das aprendizagens escolares não se dá pela valorização de atividades mecânicas e repetitivas, mas por atividades que mobilizem o seu envolvimento afetivo, cognitivo e psicossocial, ao mesmo tempo em que interage com outros.

Quanto à avaliação, é tida como meio que revela o nível do desempenho dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, norteador a necessidade de intervenção e reflexão sobre a ação pedagógica, sinalizados pelo “erro” ou “acerto” que apontam como melhorar a práxis educativa. Entende-se que as produções dos alunos se transformam, progredem enquanto ocorre o processo de aprendizagem e os objetivos assumem o papel primordial, pois só um fazer consciente pode saber onde deseja chegar com registros precisos das ações das crianças em situações

significativas elaboradas pelo professor, sendo um instrumento para a formação contínua do aluno e do processo de ensino e aprendizagem.

Problemas sociais, dos mais variados tipos, aparecem na escola, evidenciando desamparo social e a perspectiva de um futuro sem muitas esperanças. O professor sente-se desafiado a educar em meio a essas situações e ajudar os alunos a superar seus problemas. Mas como não é possível resolver tudo na escola e como menciona Luciola Licínio de C. P. Santos “a educação sozinha não pode assumir a solução dos problemas sociais” a escola acredita em parcerias com outros órgãos e que políticas públicas voltadas para a promoção do homem, são meios para ajudar a superar esses problemas. Os educadores estão em busca de novos rumos didático-metodológicos, na tentativa de superar as dificuldades, para atender essa clientela diversificada, reflexo da sociedade complexa em que vivemos.

Após análises, discussões, avaliações diagnósticas e estudos pela equipe pedagógica e administrativa, sobre a realidade da escola e a sua finalidade em oferecer um ensino de qualidade, foi decidido que o currículo escolar contemple as características sociais e culturais dos alunos. Além da adoção dos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais, Cadernos do CEALE (anos iniciais), Guias do Alfabetizador (Ciclo da Alfabetização), CBC (Conteúdos Básicos Comuns) dos anos finais do Ensino Fundamental e dos Livros Didáticos, como suporte para a estrutura da prática pedagógica e dos projetos educativos, que os Temas Transversais ligados à ética; meio ambiente; orientação sexual; pluralidade cultural; saúde; trabalho e consumo sejam utilizados como enriquecimento curricular, pois apontam os desafios da educação nacional e também da realidade do nosso município e de nossa comunidade escolar.

O presente Projeto Político Pedagógico direciona a Escola no exercício de suas atividades e vem expressar seu compromisso na construção de uma nova realidade educacional, o homem como sujeito histórico-cultural, convergindo para aspectos considerados essenciais à plena realização do ser humano. Nessa concepção a Escola busca orientar o aluno para que ele possa ser o condutor de seu próprio conhecimento, sujeito de sua história e agente de transformação social.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1. ADMINISTRATIVA

3.1.1. Colegiado Escolar

A gestão na Escola Municipal Belmiro Batista Miranda é constituída pela Diretora e Colegiado Escolar.

A Escola tem como prática a tomada de decisão coletiva no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e financeiras.

O Colegiado Escolar é o órgão máximo da escola com função de natureza consultiva, deliberativa e de monitoramento em assuntos referentes às questões administrativas, pedagógicas e financeiras, tendo por finalidade atuar como o mediador dos anseios da comunidade. É regido por estatuto próprio e articula suas ações com os profissionais da educação, preservando a especificidade de cada área de atuação, tendo por objetivo atender o aluno em seus direitos à educação.

3.1.2. Direção

A diretora tem a função de ser articuladora política, pedagógica e administrativa da escola, devendo propor, mediar, operacionalizar e acompanhar o pensar e o agir político-pedagógico-administrativo, além de responsabilizar-se pela organização do cotidiano escolar.

De forma coletiva a gestão é desenvolvida com a participação de todos os segmentos da escola na elaboração de seu Projeto Político Pedagógico, nas decisões e encaminhamentos, procurando fortalecer o Colegiado Escolar e caminhar rumo a uma autonomia administrativa, financeira e pedagógica, resguardando a legislação em vigor. A abertura para o diálogo constitui a forma de crescimento da escola em todos os seus âmbitos educacionais.

3.1.3. Estrutura Física

A escola funciona em um prédio de 849 metros quadrados, construído de material pré-moldado, sem escadas, num terreno de 1644 metros quadrados.

Possui 07 salas de aula (equipadas com carteiras, cadeiras para todos os alunos, mesa e cadeira para professor, ventiladores e armários), 01 biblioteca (com acervo literário adequado às diversas faixas etárias, mesas e cadeiras), 01 cantina (pequena e sem ventilação e precisa de reforma urgente, contém fogão, freezer, geladeira e demais utensílios), 01 despensa (adaptada à cozinha, pequena e precisa de reforma urgente) 01 refeitório (pequeno), banheiros masculinos e femininos para alunos (sendo um de cada com acessibilidade), 01 galpão coberto, 01 laboratório de informática (com computadores para os alunos e acesso à internet), 01 secretaria

(com todos os arquivos, pastas e livros de registros necessários, armários, computador e impressora), 01 sala para professores (pequena e abafada, falta ventilador e precisa ser ampliada urgente), 01 banheiro para funcionários (para ambos os sexos).

Dispõe de equipamentos como: computadores e internet, data show, aparelhos de som, vídeo e DVD, jogos pedagógicos variados. Todos os equipamentos e materiais pedagógicos são utilizados para que nenhum aluno seja excluído do direito à escola de qualidade e, quanto mais cedo tais recursos forem utilizados, mais rápido os direitos serão alcançados.

3.1.4. Recursos Financeiros

Os recursos financeiros, movimentados pela Caixa Escolar, são adquiridos pelo repasse anual do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola e de rendas obtidas por meio de festas e eventos, promovidas pela escola e doações voluntárias. A escola foi contemplada, no ano de 2009, pelo PDE Escola/MEC, obtendo recursos para melhoria do desempenho escolar.

A Caixa Escolar tem como finalidade assegurar ao aluno a possibilidade de estudo e de eficiência na aprendizagem, bem como seu ajustamento social e atendimento de sua individualidade. O aluno gozará de toda assistência escolar, conforme estatuto próprio. Os recursos são aplicados de acordo com plano aprovado pelo Colegiado Escolar, observando-se as instruções de legislação específica. As famílias e todos os representantes da comunidade escolar serão estimulados a participarem na obtenção de recursos, com contribuições espontâneas e eventos festivos.

Os recursos financeiros servem para a aquisição de mobiliário e equipamentos, manutenção e custeio, visando em primeiro lugar o atendimento ao aluno, na garantia de um ensino de qualidade. A cantina escolar tem função educativa; toda alimentação é preparada tendo em vista promover uma vida saudável e combater a obesidade, como também os produtos vendidos no barzinho, conforme Estatuto da Caixa escolar. A escola faz a prestação de contas de todos os recursos que entram e depois de aprovada pelo Colegiado Escolar é enviada para a Secretaria Municipal de Educação, fica também à disposição para conhecimento de qualquer pessoa da comunidade escolar.

3.1.5. Secretaria

Toda escrituração escolar tem como objetivo obter o melhor no mínimo tempo, da forma mais clara e precisa possível. As atividades executadas são de responsabilidade da Secretária Escolar (servidora efetiva, autorizada pela SRE - Uberaba) e da Auxiliar de Secretaria que realizam os serviços de escrituração e de atendimento ao público em geral, vistas também como educadoras.

3.1.6. Serviços Gerais

Os serviços de conservação e limpeza, feitos diariamente, visam à higiene e conservação do patrimônio, preparo e distribuição da merenda escolar para oferecer um ambiente agradável, organizado e promovedor de um ensino de qualidade. À equipe de serviços gerais, formada pelos auxiliares de serviços gerais, vigia e zelador, cabe também desempenhar um papel de educador.

3.2. PEDAGÓGICA

Tendo em vista os fins da Educação Nacional, segundo Art. 1º e 2º da LDB 9394/96, a Escola Municipal Belmiro Batista Miranda compreende que educar não consiste apenas transmitir conteúdos, mas em desenvolver o processo de ensino e aprendizagem de forma a construir o saber, sobretudo o saber social. O aluno é o sujeito desse processo que visa a sua formação integral: biológica, material, social, afetiva, lúdica, estética, cultural, política, dentre outras, cuja articulação escola x transformação social permeia esse saber para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária.

Após análises das avaliações diagnósticas pela equipe pedagógica e administrativa, sobre a realidade da escola e a sua finalidade em oferecer um ensino de qualidade, o currículo escolar deverá contemplar as características sociais e culturais dos alunos e ter como suporte os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais/MEC, Cadernos do CEALE, Guias do Alfabetizador (anos iniciais) e CBC - Conteúdos Básicos Comuns (anos finais)/MG e livros didáticos, bem como os Temas Transversais/MEC como enriquecimento curricular, pois apontam os desafios da educação nacional e também da realidade do município e da comunidade escolar.

A Escola também se compromete com a inclusão e procura desenvolver uma pedagogia específica, voltada para alunos com necessidades educacionais especiais, através de uma ação educativa comprometida com a cidadania e com a formação não excludente, promovendo o convívio com a diversidade cultural, hábitos e costumes, respeitando as competências e as particularidades de cada aluno.

Aproveitará todos os momentos escolares para garantir uma convivência saudável entre todos os alunos, educadores, funcionários e pais, promovendo uma inserção de fato no universo social, que favoreça o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais e permitindo a formação de vínculos afetivos. A estes alunos é feito o Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno (PDI) que é um instrumento norteador da prática pedagógica e fundamental para o preenchimento da Terminalidade Específica (certificação de conclusão de escolaridade) que, mesmo com os apoios e adaptações necessárias não alcançaram os resultados de escolarização previstos nos Artigos 32 e 35 da LDB nº 9394/96.

Na concepção de aprendizagem, a escola entende que esta não acontece apenas no espaço da sala de aula, mas também, nas práticas e relações desenvolvidas em toda a sociedade. A práxis pedagógica é desenvolvida por meio de uma pedagogia de projetos que possibilita a interdisciplinaridade e a ação coletiva de toda a equipe pedagógica. Entre outros, são desenvolvidos os seguintes Projetos Pedagógicos:

- **Cultura de Paz:** voltado para a aprendizagem emocional em que os alunos aprendem a criar valores pela consciência e caminhar em direção à harmonia e paz nas relações humanas. Tem por objetivo implantar a cultura de paz e não violência na escola com o envolvimento de toda a comunidade escolar.
- **Educação Patrimonial:** Conhecer a história do Povoado e resgatar os valores da localidade, estabelecendo conexão entre o passado, o presente e o futuro.
- **Projeto Reforço Escolar:** Atender individualmente os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, a partir de seus conhecimentos já adquiridos, visando corrigir etapas que foram “queimadas” em seu percurso escolar e resgatar a autoestima e a confiança em aprender.
- **Projeto Gincana Cultural:** Promover a cooperação entre alunos, educadores e pais de forma solidária, incluyente, lúdica e criativa com a realização de várias tarefas educativas.
- **Projeto Leitura:** Sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância das práticas de leituras e produções de textos, despertando o prazer de ler e escrever.

A formação da criança na Educação Infantil está voltada para a construção de sua própria imagem, da descoberta de sua identidade pessoal e social, bem como de sua socialização e interação com o meio, incorporando as convenções sociais necessárias à vida em comum e ao exercício da cidadania, onde o lúdico permeará toda essa ação educativa.

O Ensino Fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão, conforme o Art. 32 da LDB nº 9394/96 e é organizado da seguinte forma:

I. Ciclos de formação básica (anos iniciais)

- a) Ciclo da Alfabetização – com a duração de três anos de escolaridade, corresponde ao 1º ano (alunos com seis anos de idade completos ou a completar até 30 de junho do ano em curso), ao 2º ano e ao 3º ano;
- b) Ciclo Complementar – com a duração de dois anos de escolaridade, corresponde ao 4º e ao 5º ano.

II. Regime de Seriação (anos finais) – 6º, 7º, 8º e 9º ano.

A escola possui 19 professores que atendem dez turmas. Destes, dez professores atendem as turmas da Ed. Infantil e dos anos iniciais, e nove professores, atendem as turmas dos anos finais do Ensino Fundamental.

3.2.1. Supervisão Pedagógica

A supervisão pedagógica é voltada para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem articulado ao trabalho dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: ensino de qualidade. Tem a finalidade de delinear com o corpo docente e a comunidade escolar o Projeto Político Pedagógico.

3.2.2. Corpo Docente

O corpo docente é formado pelos professores, diretora, supervisora pedagógica e psicopedagoga. O professor tem papel fundamental na escola, pois é o mediador do processo de ensino e aprendizagem e do desenvolvimento das potencialidades do aluno, rumo a sua própria autonomia. É o responsável pela intencionalidade educativa presente em todas as relações existentes, através de planejamentos e constante avaliação. O corpo docente interage com todos os segmentos da escola, tendo o aluno como o centro de todas as suas ações e da sua postura profissional.

As atuais mudanças na educação são fundamentadas em teorias que priorizam o respeito aos diferentes ritmos e estilos de aprendizagem que exigem do educador uma capacitação constante e uma avaliação crítica do ato de ensinar. Essa capacitação deve ter como finalidade, formar profissionais de educação

enquanto agentes de mudanças, envolvidos os avanços globalizados do conhecimento, das ciências e das técnicas da educação.

3.2.3. Corpo Discente

O aluno é um ser concreto e histórico - um ser social, contextualizado no tempo e no espaço, produtor da sua história. Seu crescimento e desenvolvimento estão articulados aos conhecimentos culturais, familiares e religiosos já adquiridos.

A escola visa oferecer uma formação para que o aluno tenha condições de inserir-se positiva e ativamente no mundo do trabalho, da cultura, das relações humanas e sociais, de exercer dignamente a cidadania e ser capaz de agir conscientemente na transformação da realidade em que vive.

3.2.4. Atendimento Educacional Especializado

Constituído por uma equipe de especialistas - psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social e psicopedago - lotados na Secretaria Municipal de Educação, atendem a escola de acordo com cronograma específico. Tem como funções, assessorar e apoiar o corpo técnico e docente, promover o diagnóstico de alunos com dificuldades de aprendizagem graves e com necessidades educativas especiais, com vistas ao encaminhamento ou a alguma programação específica e de dar atendimento às famílias desses alunos. A assistente social atende a escola todas as vezes que é solicitada. A psicopedagoga atende os alunos uma vez por semana na escola e os alunos que necessitam do atendimento fonoaudiológico e psicológico são atendidos na SME; alguns alunos são atendidos na APAE, três vezes por semana. A escola é responsável pelo acompanhamento destes alunos e a SME disponibiliza o transporte.

4. CURRÍCULO

O Currículo é um instrumento contextualizado, histórica e culturalmente determinado e construído por um processo dinâmico em que seus componentes são agrupados em um todo mais amplo e sujeito à reelaboração para a organização dos saberes vinculados à construção da cidadania.

O Currículo reflete a forma de organização do trabalho na Escola Municipal Belmiro Batista Miranda, a postura dos educadores, a organização dos conteúdos e a metodologia empregada no processo educativo, que segue a Portaria nº 01/2008 da Secretaria Municipal de Educação para sua implementação, tendo por princípios:

- I. O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II. A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimento e habilidades e, a formação de atitudes e valores;
- IV. O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade e de tolerância recíproca, em que se assenta a vida social.

A concretização do currículo acontece na sala de aula no momento em que o professor elabora seu planejamento de forma flexível, adequando-o ao grupo específico de alunos e de suas necessidades, garantindo uma distribuição equilibrada das aulas, organização dos conteúdos, definição de prioridades, seleção de material e elaboração e execução de projetos.

O uso do laboratório de informática visa propiciar a experimentação da tecnologia computacional como forma de aprimorar a prática educativa. O computador é tido como instrumento pedagógico que favorece maior oportunidade ao aluno na formação do seu próprio conhecimento e na apropriação crítica e criativa da tecnologia computacional. Ao elaborar os projetos pedagógicos e organizar os eventos esportivos, culturais e artísticos, a escola o faz, tendo um fim didático que oportunize novos conhecimentos que serão integrados aos conteúdos, com diversas maneiras de ensinar, favorecendo a interação aluno/professor. A implementação do currículo favorece atividades interdisciplinares e estudo de temas transversais, de modo a interagir os conteúdos da aprendizagem com a formação de valores sociais e éticos.

Todos os recursos materiais e didáticos existentes na escola serão utilizados para desenvolvimento curricular, tendo o corpo docente e a diretora como responsáveis. Os pais e a comunidade serão envolvidos sempre que possível nesse processo. Dessa forma a escola espera melhorar o desempenho dos alunos, levantar dados e informações necessárias ao replanejamento das ações, identificar nos conteúdos, pontos críticos que necessitam de atenção imediata para promover a melhoria da aprendizagem, fazer a intervenção pedagógica, unir esforços para tornar realidade as atividades planejadas e conseguir um melhor rendimento no contexto geral da escola.

O Currículo compreenderá estudos sobre Direitos das Crianças e dos Adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13/07/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, que deverão ser trabalhados dentro e fora da sala de aula, com uso de material adequado.

4.1. Os Conteúdos Curriculares

A escola procura preparar o aluno para elaborar pensamentos autônomos e críticos, de modo a poder decidir por si mesmo, frente às diferentes circunstâncias da vida. Dentro dessa concepção, o currículo é articulado em torno de eixos básicos, selecionando conteúdos significativos com vistas às competências e habilidades que se pretende desenvolver para cada ciclo e ano escolar. Os conteúdos serão trabalhados de forma contextualizada e articulados com as experiências de vida do aluno, problematizando temas relacionados à saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, tecnologia, cultura e linguagens, podendo ser ministrados de forma interdisciplinar, objetivando uma interação entre as áreas do conhecimento, os temas transversais e a educação de valores humanos.

4.2. O Currículo na Educação Infantil

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 coloca a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, atribuindo-lhe como finalidade: “o desenvolvimento integral da criança até 6 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”, (Art.30). Assim, a Escola busca propiciar situações que possam contribuir para a garantia da igualdade de tratamento e de respeito às diferenças.

O Currículo na Educação Infantil seguirá os princípios dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/MEC, de forma contextualiza ao modo de vida, manifestações culturais, religiosas e ambientais, no sentido de que as crianças:

- I. Desenvolvam suas capacidades de maneira heterogênea, envolvendo aquelas de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social;
- II. Tenham suas capacidades ativadas para operar com símbolos, idéias, imagens e representações que permitem atribuir sentido à realidade, reorganizando o conhecimento que possui;

III. Promovam aproximações a um determinado conhecimento, para elaboração de hipóteses e para a manifestação de formas originais de expressão.

Os conteúdos curriculares, de acordo com os Referenciais/MEC, compreendem dois âmbitos a serem desenvolvidos na Educação infantil:

- **Formação Pessoal e Social:** refere-se às experiências que favorecem a construção da criança para o desenvolvimento de capacidades de natureza global e afetiva, seus esquemas simbólicos de interação com os outros e com o meio, assim como a relação consigo mesma, abarcando um eixo de trabalho denominado **Identidade e Autonomia**.
- **Conhecimento de Mundo:** refere-se à construção de diferentes linguagens pelas crianças e às relações que estabelecem com os objetos de conhecimento, trazendo uma ênfase em relação a alguns aspectos da cultura. O domínio progressivo das diferentes linguagens que favorecem a expressão e comunicação de sentimentos, emoções e idéias das crianças, propicia a interação com os outros e facilita a mediação com a cultura e os conhecimentos constituídos ao longo da vida. Este âmbito abarca os seguintes **eixos de trabalho:** Movimento, Artes Visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade, Matemática.

Considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças, a qualidade das experiências que contribuem para o exercício da cidadania deve estar embasada nos seguintes princípios:

1. O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas, etc.;
2. O direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;
3. O acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
4. A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
5. O atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

A construção da leitura e da escrita, bem como o desenvolvimento do raciocínio lógico, terá como recurso pedagógico o ambiente alfabetizador, a ser ministrado de forma lúdica, para não “forçar” uma alfabetização “mecânica” nesta modalidade. A vivência do lúdico permeará toda a prática educativa, para que as

crianças tenham desenvolvimento saudável e sem “queimar” as etapas do aspecto cognitivo e sensório-motor, importantíssimas ao seu desenvolvimento integral.

4.3. O Currículo no Ensino Fundamental

De acordo com os ensinamentos de Luckesi, a escola procura transformar os conteúdos abstratos em conteúdos vivos, concretos sem fugir da realidade social, seguindo a tendência progressista crítico – social dos conteúdos. Busca assim, envolver o aluno em uma perspectiva social, para encontrar as soluções dos problemas existentes em sua comunidade ou na realidade do seu cotidiano, quando o professor estará relacionando-os aos componentes curriculares.

O Currículo no Ensino Fundamental tem uma Base Nacional Comum, complementada por uma Parte Diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela, previstos na legislação em vigor. O Ensino Religioso será trabalhado de modo em que os alunos possam perceber e refletir sobre a importância da vida e da criação e sobre a necessidade de se estabelecer uma cultura de paz e não violência. A Educação Física será trabalhada de modo em que o aluno possa participar de diversos tipos de jogos, aprendendo a respeitar as regras e ter disciplina e respeito à individualidade de cada um. A Literatura Infantil é trabalhada como parte diversificada e contribui para o desenvolvimento da leitura, como promoção da criatividade da produção escrita. O ensino de Artes será ministrado de forma a promover o desenvolvimento cultural, oportunizando aos alunos experiências artísticas, culturais e de movimento corporal. O ensino da música será integrado a Artes, de forma lúdica e prazerosa. A temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena será abordada no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas disciplinas de História e Artes.

A disciplina Técnicas Agrícolas faz parte da Matriz Curricular dos anos finais do Ensino Fundamental, considerando os aspectos sociais, culturais, religiosos e ambientais da clientela da escola.

4.3.1. O Currículo nos anos iniciais (regime de Ciclos)

Nos primeiros cinco anos do Ensino Fundamental, o currículo destina-se à formação integral do aluno, variando em conteúdo e método, segundo as fases do seu desenvolvimento. Tem como fundamentação metodológica, o princípio cíclico da vida com respeito à individualidade e do ritmo próprio de desenvolvimento do aluno.

Articulada à alfabetização e letramento, a programação curricular será estruturada de forma a, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos, partindo dos mais simples aos mais complexos.

Ao final do Ciclo da Alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura. Na área da Matemática, espera-se que sejam capazes de compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição e subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos e resolver operações matemáticas com autonomia. Os conteúdos de Ciências, História e Geografia serão ministrados articulados ao processo de alfabetização e letramento e de iniciação à matemática, crescendo em complexidade ao longo do Ciclo.

O Ciclo Complementar, a que terão ingresso os alunos que já adquiriram as habilidades de ler e escrever dará continuidade às atividades pedagógicas, de modo a assegurar que ao seu final, todos os alunos sejam capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical. Na área da Matemática, espera-se que os alunos sejam capazes de dominar e compreender o uso do sistema de numeração e os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais com precisão, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas. Os conteúdos de Ciências, História e Geografia serão ministrados de forma a: desenvolver o pensamento crítico dos alunos frente aos problemas sociais, políticos e econômicos; de reconhecer os fatos no tempo e espaço que acontecem; de compreender as relações estabelecidas entre a coletividade local, comparando-as com o passado e o presente; de identificar as ações do poder público na comunidade e de adquirir uma postura crítica diante do aspecto do consumo. A questão ambiental contemporânea será trabalhada partindo da realidade local, mobilizando as emoções para a preservação do planeta e do ambiente onde vive.

4.3.2. O Currículo nos anos finais (regime de seriação)

Do 6º ao 9º ano do ensino Fundamental, os componentes curriculares serão desenvolvidos:

1. Na vida cidadã, através da articulação entre vários dos seus aspectos como: a saúde; a sexualidade; a vida familiar e social; o meio ambiente; o trabalho; a ciência e a tecnologia; a cultura; as linguagens.
2. Nas Áreas de Conhecimento: Língua Portuguesa; Matemática; Ciências; Geografia; História; Artes; Educação Física; Ensino Religioso; Língua Estrangeira.

A Escola visa a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, sendo necessário também a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, do fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância, situados no horizonte da igualdade são considerados importantíssimos para essa formação cidadã.

5. TEMPO ESCOLAR

A Escola Municipal Belmiro Batista Miranda tem como concepção que a melhor organização e utilização do tempo escolar serão destinadas para ensinar e aprender, pois o aluno tem o direito a ter seu tempo escolar ocupado com um ensino de qualidade.

Este aspecto é levado em conta quando a Escola elabora seu Calendário Escolar, seguindo o determinado nos Art. 23 e 24 da LDB nº 9394/96 e procurando atender às conveniências da comunidade para posterior aprovação da Secretaria Municipal de Educação e Superintendência Regional de Ensino de Uberaba / MG.

O ano letivo possui 200 (duzentos) dias letivos, com carga horária de oitocentas horas anuais, de trabalho escolar para a Educação Infantil e Ensino Fundamental. A Escola encerra o ano escolar após ter cumprido o estabelecido no Calendário Escolar e as aulas somente são suspensas em decorrência de situações que justifiquem tal medida.

Do Calendário Escolar constam:

- Início e término do ano escolar e do ano letivo;
- Os dias letivos;
- Os dias destinados ao planejamento escolar à capacitação dos professores e reuniões do conselho de classe;

- Os dias destinados à matrícula;
- Os feriados e os períodos de férias e de recesso;
- As programações culturais, cívicas e pedagógicas da escola e do município.

Dias letivos são aqueles em que os professores e alunos estão envolvidos em atividades escolares de caráter obrigatório relacionadas com o processo ensino-aprendizagem, independente do local onde elas se desenvolvam com 04 (quatro) horas diárias para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental – Regime de Ciclos. Nos anos finais do Ensino Fundamental, as quatro horas diárias são divididas em módulo-aula de 50 (cinquenta), num total de de 05 (cinco) módulo-aula por dia.

Dias escolares são os dias destinados às atividades de planejamento, atualização, pesquisa, produção coletiva, formação permanente, participação em reuniões, eventos e outras atividades inerentes à prática educativa.

A Escola aproveita os intervalos de aulas, os recreios e os períodos de entradas e saídas dos alunos para a realização de diagnóstico através da observação, com o objetivo de planejar atividades formadoras, visando desenvolver a autonomia; a responsabilidade pessoal e social; a auto-estima; a solidariedade e a afetividade; o relacionamento pessoal e interpessoal; a valorização do outro e o respeito às diferenças.

Alguns períodos são percebidos na escola como períodos especiais, como no início do ano letivo, momento de organização das turmas e professores, expectativas com relação ao novo ano escolar que se inicia. Os alunos são recebidos com alegria por todos os educadores que procuram motivá-los e fazer da escola um ambiente acolhedor, principalmente para com as crianças da Educação Infantil que estão chegando pela primeira vez. Esse período é marcado pelas novidades que chegam e as relações que se formam entre todos, alunos, pais, educadores e funcionários. As matrículas são realizadas obedecendo as determinações da Emenda Constitucional nº 14/96 das Leis Federais nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996 e 9.424/96 de 24 de dezembro de 1996.

A frequência escolar é um aspecto relevante na escola. O controle da frequência tem por objetivo o registro da presença do aluno nas atividades escolares programadas, das quais está obrigado a participar, para aprovação, em pelo menos 75% do total da carga horária prevista. A escola tem o dever de zelar pela assiduidade de seus alunos às aulas, adotando para tanto, medidas preventivas no decorrer do ano letivo. Nos casos de infrequência, deverá comunicar os pais, e não resolvendo a situação, comunicar as autoridades competentes (Ministério Público e Conselho Tutelar) para providências cabíveis e acompanhamento da família. No

caso de desempenho satisfatório do aluno e de frequência inferior a 75% no final do período letivo, a escola usará o recurso de reclassificação.

Os candidatos provenientes de escolas do país ou do exterior que não concluíram o Ensino Fundamental serão classificados nesta escola, após processo de avaliação para posicionamento no ano escolar, conforme nível de desempenho. No caso de transferência de alunos para outro estabelecimento, o histórico deve conter informações sobre sua vida escolar, inclusive a carga horária cumprida, para fins de classificação ou reclassificação, incluindo aspectos descritivos do seu nível de desempenho.

A escola, assessorada pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, criará estratégias para organização e reorganização do tempo e do espaço escolar, visando o melhor aproveitamento do seu corpo docente, de modo a possibilitar ações pedagógicas para o atendimento diferenciado de alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Municipal Belmiro Batista Miranda procura ter o envolvimento e a participação da comunidade nos processos de decisão, com o desenvolvimento de ações colegiadas, que visam à democratização da gestão e o fortalecimento de sua unidade escolar, pois acredita que “a gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e prática”, VEIGA, 1997, por DOURADO.

O envolvimento dos pais, da comunidade e a participação direta da equipe escolar nos processos de decisão leva em conta que as decisões tomadas sejam para contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento de todos os alunos. Ter espaço para o processo de decisão coletiva na escola possibilita o diálogo em torno das diversas situações que surgem nas áreas administrativa, pedagógica e financeira, onde os participantes tomam ciência de assuntos tão relevantes para o fortalecimento da instituição como um todo.

Ao analisar sobre o processo de ensino e aprendizagem, os professores chegaram à conclusão de que as famílias estão alheias aos processos educacionais e que é necessário propor atividades de envolvimento das mesmas com a escola, no sentido de que venham a entender melhor esse processo e de que forma, mesmo

dentro de suas limitações, poderão ajudar os filhos a obterem melhor desempenho escolar. Os pais, por sua vez entendem que é preciso fazer algo mais e aos poucos vão percebendo que a escola é um local que eles também poderão fazer suas colocações e serem ouvidos.

Dessa forma a Escola vai construindo os processos de decisão coletivamente onde o aluno também tem lugar nesse espaço. Ao perceber que o diálogo é a base desses processos e que as decisões visam garantir o melhor para ele, o aluno sente mais confiança e sabe que poderá expor suas ideias e que será ouvido. Esses processos acontecem nos órgãos colegiados que tem poder de decisão na Escola.

6.1. Colegiado Escolar

O Colegiado Escolar tem como objetivo a participação de educadores, servidores, alunos e família na gestão escolar e no fortalecimento da autonomia da escola. Os membros do Colegiado Escolar, titulares e suplentes, são indicados pela comunidade escolar, por segmentos e mediante processo de eleição, para um mandato de dois anos, em datas e períodos fixados na escola. Cabe ao Colegiado dar parecer sobre o Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar, Calendário Escolar, o processo de ensino e aprendizagem e das avaliações internas e externas. Buscar estratégias que promovam o desenvolvimento da comunidade escolar, propor e aprovar parcerias entre a escola / comunidade / instituições públicas ou ONGs. Propor e acompanhar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros da escola. Decidir questões de interesse de aluno ou de seu familiar, quando não implicar em pronunciamento de competência exclusiva do sistema de ensino.

6.2. Conselho de Classe

O Conselho de Classe é constituído por todos os professores da escola, pessoal técnico, psicopedagoga que atende a escola, supervisora pedagógica e pela diretora. Tem por objetivo a análise coletiva do processo de ensino e aprendizagem, servindo de fórum para definir sobre o desenvolvimento do trabalho de maneira flexível, que mobilize interesse, ative a participação, desafie o pensamento, instale o entusiasmo e a confiança, possibilite acertos, valorize os avanços e melhore a auto-estima dos alunos, tornando significativo e bem-sucedido o processo de ensino e aprendizagem. Sempre que necessário, o Conselho de Classe poderá convidar alunos e pais para participar de suas reuniões. A Escola promoverá um mínimo de quatro reuniões do Conselho de Classe ao longo do ano letivo, conforme registro no

Calendário Escolar ou em caráter extraordinário, quando se fizer necessário. As reuniões do Conselho de Classe terão sentido se vier a se configurar como espaço não da análise do desempenho do aluno, mas também do desempenho da própria escola e a proposição de novos rumos para a ação educativa.

Embora não tenha Grêmios Estudantil e Associação de Pais e Mestres formados, a Escola espera tê-los em breve para fortalecer ainda mais os órgãos colegiados. Assim, os órgãos colegiados, articulados com os membros que os compõem são fundamentais para a construção da escola democrática que se quer construir.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

"E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão."

Paulo Freire

Um ambiente escolar harmonioso e respeitoso é fundamental para o desenvolvimento de boas relações de trabalho, mesmo com tantas opiniões e pessoas diferentes é possível haver a unidade em meio às diversidades, pois o consenso é a forma de fazer prevalecer a tomada de decisão do grupo. Assim, a Escola Municipal Belmiro Batista Miranda, no desempenho de sua função social de formadora de sujeitos históricos, procura ser um espaço de sociabilidade que fortaleça as relações de trabalho para que os profissionais se unam em torno de um objetivo comum a todos, oferecer um ensino de qualidade. A educação sendo uma atividade humana e histórica que se define na totalidade das relações sociais inclusive no trabalho, os profissionais desta escola, cada um na sua função e no exercício de seus papéis, são também educadores em potencial.

As reuniões administrativas e pedagógicas realizadas na escola, além de cumprir pauta previamente determinada são aproveitadas para fortalecer as relações de trabalho. São momentos oportunos para "troca de figurinhas", mesmo que haja divergências de opiniões. Essas divergências são levadas para um sentido positivo e é estabelecido o respeito em ouvir as opiniões de todos para se chegar a um consenso comum. Dessa forma o grupo vai se amadurecendo nas relações de trabalho e o clima de harmonia vai ganhando força, apesar das divergências de opiniões.

O papel do professor é o de mediador do conhecimento, pois ele planeja, viabiliza, propõe, coordena e avalia o processo de realização das atividades desenvolvidas e através destas interações, os conhecimentos significativos vão sendo apropriados pelos alunos. Conforme Saviani escreve no seu texto *Escola e Democracia* (1983), “o professor deve antever com certa clareza a diferença entre o ponto de partida e ponto de chegada do processo educativo”... “Sem o que não seria possível organizar e implementar os procedimentos necessários para se transformar a possibilidade em realidade”. O professor deve estar sempre atento para que seus alunos reflitam e refaçam o que for preciso, além disso, deve questionar e desafiar seus alunos para que estes levantem dados, hipóteses, e procurem encontrar formas para realizar o que foi proposto. Conduzir estas contribuições individuais, numa perspectiva coletiva, elevando o conhecimento a níveis mais elaborados, é um dos papéis mais importantes do professor, pois a educação não é um ato isolado ou neutro e o professor possui uma dimensão política que o leva a querer ir além de ser apenas um transmissor do conhecimento.

O papel do aluno é o de produtor da sua história e agente transformador. Seu crescimento e desenvolvimento estão articulados aos processos de apropriação de conhecimento disponível em sua cultura. O aluno precisa adquirir habilidades e competências para enfrentar o dia-a-dia, pois só conseguirá desenvolver bem em sua plenitude quando articular bem as suas múltiplas potencialidades e o conhecimento escolar é fundamental nesse processo. A escola acha importante discutir com os alunos as normas de conduta que eles devem observar. A escola, como parte constituinte da sociedade, acaba por se tornar o seu reflexo. Por isso, o convívio com regras e normas no ambiente escolar irá contribuir de forma significativa para a formação plena do cidadão. Com base nestes e em outros princípios o papel do aluno não poderia deixar de ser interativo, envolvido e co-responsável por todo trabalho desenvolvido na escola em prol de um ensino de qualidade. Por isso a escola é vida, onde o aluno vivencia diferentes relações e interações de maneira contextualizada, sem perder de vista sua totalidade, contradições e transformações.

A diretora da Escola tem um papel político-pedagógico que implica na criação de espaços de gestão democrática, onde a gestão se efetive por meio de processos de articulação entre todos os que compõem a comunidade escolar. Compete à diretora, dentre outros, o papel de articuladora e incentivadora da participação e de ações colegiadas na escola.

As relações de trabalho construídas na escola tem caráter pedagógico e visam contribuir para a melhoria do ensino em prol do desenvolvimento integral do

aluno e também para o desenvolvimento de um grupo de profissionais éticos e comprometidos com uma educação de qualidade.

8. AVALIAÇÃO

De acordo com a portaria nº 01/2008 da Secretaria Municipal de Educação, “a escola deverá acompanhar sistematicamente a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias de atendimento diferenciado para sanar as dificuldades evidenciadas”, pois a avaliação nos aponta que o sucesso do aluno é resultado de ações desenvolvidas pela escola.

Na Escola Municipal Belmiro Batista Miranda, a avaliação é integrada ao processo de ensino e aprendizagem e consiste em diagnosticar a situação real de aprendizagem do aluno em relação a indicadores de desempenho, definidos pela escola.

Tendo em vista o redirecionamento da ação pedagógica para a construção do conhecimento, a concepção da avaliação será:

- **Processual** – ocorre contínua e permanentemente no decorrer do processo de aprendizagem para verificação do desenvolvimento do aluno, como avanços, dificuldades e possibilidades;
- **Dinâmica** – utiliza diversos instrumentos e procedimentos para um melhor conhecimento e acompanhamento do aluno nos seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores;
- **Problematizadora** – investiga o desenvolvimento e a necessidade do aluno para intervenção na realidade; tornando se auto-regulação do processo de ensino e aprendizagem e ainda levanta dados para a compreensão do processo e para a reflexão do professor sobre sua prática pedagógica.

No início do ano letivo é feita a avaliação diagnóstica da aprendizagem, cujo resultado serve para verificar os aspectos programáticos já vencidos e possibilitar a continuidade do desenvolvimento do programa em cada turma escolar.

Em todos os seus aspectos e instrumentos, a avaliação deve ser para o aluno o ponto de partida para formação de consciência de suas conquistas, dificuldades e possibilidades de avanço. A avaliação da aprendizagem deve ser diagnóstica, contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Na apreciação de aspectos qualitativos é levada em conta a compreensão dos fatos, a percepção de relações, a aplicação de conhecimentos, a

capacidade de análise de síntese, além de outras habilidades, devendo ser evitado a aferição de dados apenas memorizados e nos aspectos quantitativos que dizem respeito ao volume de aprendizagem e de conhecimentos adquiridos. Por aspectos qualitativos entende-se o interesse, assiduidade, participação, estética, capacidade do aluno de se relacionar em grupo e a autoavaliação, instrumento indispensável ao seu desenvolvimento no processo ensino aprendizagem. Por aspectos quantitativos entende-se com um índice de aproveitamento entendido como limites de desenvolvimento dentro dos parâmetros estudados, no entanto, não possui caráter punitivo ou de instrumento para retenção do aluno.

A avaliação do desenvolvimento do aluno deve possibilitar:

- O replanejamento didático, visando garantir a efetividade do processo ensino-aprendizagem.
- A permanente informação ao aluno, quanto a seu desempenho ou em relação aos objetivos do currículo.
- O planejamento dos estudos de recuperação paralela, de acordo com as necessidades do aluno.
- O fornecimento de dados para a auto-avaliação da escola e informação a comunidade quanto aos resultados do trabalho escolar.

Os instrumentos de avaliação são elaborados pelos professores e orientados pela supervisora Pedagógica, na utilização de testes, prova escrita, trabalhos em equipe e/ou individuais, pesquisas, seminários, debates, feira de cultura, podendo o professor selecioná-los de acordo com o currículo desenvolvido, a natureza da matéria e o tratamento metodológico estabelecido pelo professor. Na elaboração dos instrumentos de avaliação é levado em conta a fluência da criatividade e do senso crítico dos alunos em relação aos assuntos abordados.

Para apresentação aos pais é feita uma reunião para apresentação dos resultados pelos professores, supervisora pedagógica e diretora. Ao final de cada bimestre os resultados são apresentados aos pais por escrito, bem como as estratégias do plano de intervenção pedagógica. É garantido aos pais, em qualquer tempo, o acesso aos resultados das avaliações da aprendizagem de seus filhos.

As médias bimestrais e o resultado final dos anos iniciais são expressas em conceitos:

- **Conceito A** - alcançou suficientemente os objetivos de ensino propostos.
- **Conceito B** - alcançou parcialmente os objetivos de ensino propostos.
- **Conceito C** - com um pouco mais de esforço conseguirá alcançar os objetivos de ensino propostos.

As médias bimestrais e o resultado final dos alunos dos anos finais são expressas em notas, no valor de 25 pontos por bimestre, total de 100 pontos anuais, divididas em provas, conceitos e trabalhos de pesquisa. Para aprovação o aluno deverá alcançar 50 pontos em cada disciplina.

A avaliação na Educação Infantil terá características diagnósticas de acompanhamento do processo contínuo que objetiva analisar a forma como a criança elabora o seu conhecimento e não terá caráter de retenção, nem de seleção das crianças, no sentido de constituição de turmas pretensamente homogêneas.

Os registros bimestrais e final da verificação do desempenho escolar será feito através de Fichas Individuais de Acompanhamento e Verificação da Aprendizagem para a Educação Infantil e para os Ciclos da Alfabetização e Complementar; para os anos finais será na Ficha individual do Aluno e Carteira Escolar.

8.1. Recuperação Paralela

A recuperação paralela deverá ser uma intervenção no processo educativo, com atividades de estudos que se desenvolverão ao longo do processo de ensino e aprendizagem, como uma nova oportunidade que leve o aluno ao desempenho esperado. Será proporcionada ao aluno com dificuldade de aprendizagem através de aulas, atividades, intervenção pedagógica, concomitante ou não, de acordo com a especificidade de cada situação, através de aulas com o professor recuperador e orientação individual, no momento em que o aluno apresentar deficiências. As atividades de reforço escolar serão elaboradas, a partir da análise das informações registradas nas fichas de avaliação e do Diário de Classe. É competência de o professor recuperador desenvolver atividades significativas e diversificadas capazes de levar o aluno a superar as dificuldades de aprendizagem. O professor regente de sala de aula acompanhará todo o processo de recuperação paralela e não poderá se eximir de realizar a recuperação contínua desde o início do ano letivo.

8.2. Progressão Continuada

A Escola adota a Progressão Continuada nos anos iniciais do Ensino Fundamental, permitindo ao aluno avanços sucessivos e sem interrupções, nos anos de escolaridade/ciclos, nos termos da legislação vigente. A progressão continuada está apoiada em estratégias de atendimento diferenciado, para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos. Ao final de cada ano dos ciclos, a equipe pedagógica

deverá proceder ao agrupamento dos alunos que não conseguiram consolidar as capacidades previstas para que seu atendimento diferenciado aconteça pelo tempo que for necessário. Vencidas as dificuldades, os alunos serão integrados às turmas correspondentes à idade/ano de escolaridade. A concepção de progressão continuada não pode ser confundida com a de progressão automática.

8.3. Progressão Parcial

A progressão parcial é adotada nos quatro anos finais do Ensino Fundamental. Poderá obter a progressão parcial o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em até duas disciplinas e ficará retido no ano em curso o aluno que não apresentar o desempenho mínimo em três ou mais disciplinas, incluindo-se nesse cômputo as disciplinas do ano em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial. Para efeito da definição da retenção do aluno, cada disciplina deve ser computada apenas uma vez, independentemente dos anos em que incidir, tendo em vista que a recuperação deve ser planejada considerando as aprendizagens fundamentais de cada área e as necessidades básicas de desenvolvimento do aluno. O aluno concluirá o Ensino Fundamental somente quando obtiver a aprovação em todas as disciplinas inclusive naquelas em que se encontrar em regime de progressão parcial.

8.4. Classificação

O recurso da classificação servirá para posicionar o aluno no ano / ciclo em que corresponda a sua faixa etária e nível de conhecimento, em sua matrícula inicial, ou por transferência de outras escolas situadas no país e no exterior, ou por avaliação independente de escolarização anterior, ajustando-o de acordo com suas experiências e seu nível de desempenho.

8.5. Reclassificação

O recurso da reclassificação constitui-se no reposicionamento do aluno no seu nível de estudo e pode ser feita quando ocorrer: avanço, aceleração, transferência indicando uma posição do aluno que será modificada na escola de destino. A reclassificação define o período adequado ao prosseguimento de estudos do aluno, tendo como referência a correspondência idade/série e avaliação de competências nas matérias da Base Nacional Comum do currículo.

Para o aluno recebido por transferência oriundo de país estrangeiro, com ou sem documentação comprobatória de estudos, a reclassificação ocorre em qualquer época do ano letivo.

8.6. Plano de Intervenção Pedagógica

A escola no decorrer dos anos tem trabalhado, através de intervenções pedagógicas pautadas nos resultados das avaliações internas e nos descritores de menor desempenho das avaliações externas. A intervenção se dá de forma coordenada entre a diretora e o corpo docente da escola, visando propor alternativas eficazes para sanar as lacunas de aprendizagem dos alunos no decorrer do processo.

O PIP – Plano de Intervenção Pedagógica é elaborado para atender os alunos que demonstram uma grande dificuldade de aprendizagem, não correspondendo ao desempenho mínimo esperado. É uma estratégia de apoio à escola que garante acompanhamento, orientação e materiais didáticos necessários para que os professores reflitam sobre a prática educativa e possam elaborar atividades diferenciadas a fim de sanarem as dificuldades de aprendizagem dos alunos, desde a interpretação, leitura, leitura de imagens, operações, raciocínio lógico e ortografia. A melhoria do desempenho escolar é o centro de todas as metas e ações do PIP.

8.7. Avaliações Sistêmicas ou Externas

A Escola participa das avaliações sistêmicas ou externas do SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Prova Brasil e Provinha Brasil) e do SIMAVE - Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (PROALFA E PROEB). Os resultados destas avaliações são fundamentais para a elaboração do PIP – Plano de Intervenção Pedagógica, na descrição de ações e estratégias pedagógicas de acordo com a matriz de referência e dos descritores analisados, bem como o percentual do índice de proficiência alcançado em cada turma e devem ser considerados no planejamento didático.

8.8. Avaliação Institucional

A escola utiliza registros de avaliação institucional através de reuniões com a comunidade escolar para análise de sua atuação na gestão administrativa,

pedagógica e financeira, buscando sugestões para sua melhoria. É feita uma pesquisa ao final do ano letivo com a comunidade escolar para verificar a aceitação do trabalho desenvolvido pela escola, cujo resultado é levado em conta para avaliar com a equipe de profissionais todas as atividades desenvolvidas durante o ano para replanejar as ações educativas para o período seguinte.

8.9. Avaliação do Projeto Político Pedagógico

A avaliação do PPP será desenvolvida de forma processual, interna e externamente ao espaço físico escolar. Toda a comunidade será mobilizada para as observações, acompanhamento e assessoramento em todos os âmbitos e aspectos, tendo em vista a realização efetiva do planejamento. Também se dará à medida que surgir necessidade de refletir e reestruturar do processo de execução, caso o mesmo não atenda a realidade educacional para correção das falhas apontadas.

Ao final do ano de 2010, será verificado o grau de alcance dos objetivos definidos e será feita a reavaliação das ações executadas, das necessidades e/ou dificuldades encontradas no processo, para novas propostas pedagógicas de ação.

9. CONCLUSÃO

Este Projeto Político Pedagógico reflete os sonhos e ideais de todos representantes dos segmentos da escola: direção, corpo docente e discente, auxiliares de secretaria, auxiliares de serviços gerais, pais e outros que direta e indiretamente fazem parte desta escola. A qualidade de atuação da Escola Municipal Belmiro Batista Miranda não depende somente da vontade de uma ou outra pessoa, mas da participação conjunta de todos os interessados em oferecer um ensino de qualidade.

Atendendo à necessidade de tornar a Escola Municipal Belmiro Batista Miranda um lugar onde a aprendizagem aconteça de fato, durante todo o tempo escolar, este Projeto Político Pedagógico foi elaborado com a realização de muitas reuniões onde aconteceram muitas trocas de experiências entre todos os representantes da comunidade escolar.

Consideramos de relevante importância a execução deste PPP, pois até aqui tem sido produtiva a experiência de aglutinar pessoas, idéias e ideais e de

transformar os sonhos que desejamos em prol do desenvolvimento integral de nossos alunos.

Será prioridade colocar este PPP em prática para garantir uma educação de qualidade com ética e justiça social. Portanto, este PPP não está pronto e acabado, mas constitui-se um norte para seguirmos na construção de uma escola democrática que desejamos.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Almerindo Janela. [Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise do estado-nação e a emergência da regulação supranacional](#). Educ. Soc., Campinas, v. 22, n. 75, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br>

AZEVEDO, J.C. **Escola cidadã: a experiência de Porto Alegre**. in: OLIVEIRA, D.A. e DUARTE, M.R.T. (orgs.), **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BARRETO, E.S.S. **Propostas curriculares oficiais**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1995.

_____. **Tendências recentes do currículo no ensino fundamental no Brasil**. In: BARRETO, E.S.S. (org.), **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

BRASIL. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº 9.394 de 20/12/1996.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei nº 8.069 de 13/07/1990.

BRASIL. MEC – Ministério da Cultura. **Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**.

COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal**, in *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, nº 9, março de 1979, p. 33-48.

[Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão](#), 1789, Artigo XXII.

DOURADO, Luiz Fernandes; MORAES, Karine Nunes de; OLIVEIRA, João Ferreira de – UFG. **Gestão escolar democrática: Definições, Princípios, Mecanismos de sua Implementação**. Escola de Gestores da Educação Básica.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**. Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 5ª Ed., 2004.

MINAS GERAIS – Secretaria de Estado da Educação – **Estrutura de Apoio às Escolas** – Programa Intervenção Pedagógica/Alfabetização no Tempo Certo, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**. Elaboração Ignez Pinto Navarro et al. Brasília : MEC/SEB, 2004, p. 31-35 (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 2, Parte V)

NAVARRO, Ignez Pinto. **“Gestão da educação escolar”** - BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: UnB/ CEAD, 2006, p.22

SOUZA, Ângelo Ricard. **Planejamento e trabalho coletivo**. Texto: **Caminhos Possíveis na Construção da Gestão Democrática da Escola**. Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.15-22. 68 p. - (Gestão e avaliação da escola pública)

TEIXEIRA, L.H.G. **Políticas públicas de educação e mudança nas escolas: um estudo da cultura escolar**. In: OLIVEIRA, D.A. e DUARTE, M.R.T. (orgs.), **Política e trabalho na escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, pp. 177-190.